

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	18
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	20
10.5 - Políticas contábeis críticas	21
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	33
10.8 - Plano de Negócios	34
10.9 - Outros fatores com influência relevante	35

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Além dos riscos inerentes as nossas atividades, pode-se afirmar que os riscos mais significativos aos quais estamos expostos são os seguintes:

- risco de crédito;
- risco de liquidez; e
- risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

Risco de crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios.

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem principalmente em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Nossa política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito que estamos dispostos a se sujeitar no curso de nossos negócios. Em 31 de dezembro de 2012, não havia provisões a título de créditos de liquidação duvidosa que afetassem negativamente o resultado consolidado da Companhia.

Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía caixa suficiente para honrar seus compromissos, não estando exposta a este risco.

Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

Normalmente, o aumento da despesa financeira em função do aumento da taxas de juros e do CDI é parcialmente compensado e mitigado pelo aumento das receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras e demais contas a receber corrigidas pelo CDI e taxas de juros.

Considerando que, em 31 de dezembro de 2012, os saldos de rubricas importantes do ativo circulante, corrigidos pelo CDI (caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), se encontravam superiores aos saldos de empréstimos e financiamentos denominados em reais e sujeitos à flutuação de taxas de juros, pode-se dizer que a exposição da Companhia a esse risco, no encerramento do último exercício, não existia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos*Risco com taxa de câmbio*

A Companhia, está suscetível a variação cambial em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano e ao euro.

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade da exposição da Companhia à volatilidade das taxas de câmbio (dólar norte-americano e euro) que busca mensurar a materialidade desse risco nos resultados da mesma em 31 de dezembro de 2012.

	Moeda estrangeira (em milhares)	Reais (em milhares)	Variação Cambial 10%
Exposição líquida USD	4.399	8.990	898
Exposição líquida EURO	713	1.922	192
Exposição Líquida Total		10.912	1.090
Premissas			
Txa de câmbio (R\$/US\$)	2,0435		
Txa de câmbio (R\$/Euro)	2,6954		

Considerando a exposição líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 10 pontos percentuais nas cotações do dólar norte-americano e do euro em um determinado ano, aumentaria as nossas despesas financeiras em aproximadamente R\$ 1.090 mil ao ano, enquanto que uma redução de 10 pontos percentuais nessas cotações reduziria as nossas despesas financeiras na mesma proporção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

A maneira como identificamos e gerimos de forma adequada e eficaz esses riscos é crucial para a nossa lucratividade. A nossa gestão de riscos de mercado é um processo que envolve diferentes níveis de nossa organização e engloba diversas políticas e estratégias. Nossas políticas de gestão de risco são, de modo geral, conservadoras, e buscam limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência, observando as orientações do Conselho de Administração.

a. riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) Risco de Liquidez

Visando a nossa proteção quanto ao risco de liquidez, uma das políticas que implementamos para gerir esses riscos é identificar periodicamente mecanismos e ferramentas que nos permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(ii) Risco de Mercado

Nossas políticas de gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

(iii) Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

(iv) Risco de Taxa de Câmbio

Administramos nossa exposição cambial adotando medidas para minimizar eventuais descasamentos entre ativos e passivos, particularmente com o uso de derivativos.

A política da Companhia para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Os instrumentos derivativos quando utilizados, são para proteção do passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que, nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Contudo, vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía instrumentos derivativos contratados.

(v) Risco de Crédito

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nosso contas a receber.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os nossos ativos aos mesmos índices de nossos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento consolidado está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2012 apresentavam um custo médio de 108,24% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 107,46% do CDI.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

As áreas financeira, de controladoria e jurídica, analisam os riscos periodicamente para informar à diretoria e ao Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Por meio da estrutura organizacional, a Diretoria monitora e avalia a adequação das operações da Companhia com as políticas de gestão de riscos, de acordo com a orientação e aprovação do Presidente e Relações com Investidores, que tem sua autonomia nas decisões financeiras aprovada pelo Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada**

Não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou em nossa política de gerenciamento de riscos no último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. Os diretores devem comentar sobre:****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.**

Considerando o perfil de nosso endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez, a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir eventuais investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A tabela a seguir, demonstra que, com base na geração de caixa medida pelo EBITDA, após a alienação dos Ativos Quattor em 2010, a companhia possui capacidade para a cobertura da dívida líquida, uma vez que, o índice Dívida Líquida/EBITDA era negativo em (0,38) vezes, em 2011 0,9 vezes e em 2012 representava 0,07 vezes, não havendo necessidade de novas captações para honrar seus empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Dívida Líquida / EBITDA R\$ milhões	2010	2011	2012
Empréstimos e Financiamentos	571,9	448,0	274,7
Caixa e Equivalentes de Caixa	24,9	8,6	7,3
Aplicações Financeiras	570,9	405,1	261,8
Dívida Líquida	(23,9)	34,3	5,6
EBITDA	63,0	38,3	84,8
Cobertura da Dívida Líquida/EBITDA (vezes)	(0,38)	0,90	0,07

A tabela demonstrada no item 10.1.c, apresenta os índices de liquidez da Companhia, sendo que, tanto no curto, como no longo prazo, a empresa faz frente às obrigações assumidas.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i. hipóteses de resgate.****ii. fórmula de cálculo do valor de resgate.**

Em referência à possibilidade de resgate de ações, não existe no momento nenhuma previsão nesse sentido.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2010 era negativo em (6,81%), em 31 de dezembro de 2011 passou a 8,24%, a elevação no índice de alavancagem financeira em 2011 foi decorrente, substancialmente, da aquisição de 25,25% do capital total da coligada Tectis, no montante total de R\$ 126 milhões aportados em 06 de junho de 2011, sendo que em 2012 o índice caiu para 1,34%, a redução do índice de alavancagem financeira em 2012, foi decorrente, especialmente, da melhora do resultado operacional, demonstramos abaixo o detalhe da apuração do índice.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2012
Total dos empréstimos	571,9	448,0	274,7
Menos - caixa e equivalentes de caixa	24,9	8,6	7,3
Menos - Títulos e Valores Mobiliários	570,9	405,1	261,8
(Dívida Líquida) Ativos Financeiros Líquidos	23,9	(34,2)	(5,6)
Total do patrimônio líquido	374,1	381,3	411,9
Total do capital	350,2	415,5	417,5
Índice de alavancagem financeira %	(6,81)	8,24	1,34

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Ao analisar a evolução das contas patrimoniais consolidadas da Companhia nos três últimos exercícios, é possível verificar a liquidez da Companhia, identificando uma confortável capacidade de pagamento, em relação aos compromissos assumidos.

No ano de 2010, o índice de liquidez geral era de 1,21, em 2011 o mesmo índice apresentou uma pequena redução, para 1,09, refletindo especialmente a saída de caixa para aquisição da participação acionária na coligada Tecsis. Em 2012, o índice volta a crescer, refletindo especialmente o melhor desempenho operacional.

A tabela abaixo demonstra a evolução dos índices de liquidez da Companhia, sendo possível identificar que tanto no curto, como no longo prazo, no período de 2010 a 2012 a Companhia faz frente às obrigações assumidas.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ		2010	2011	2012
CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE/ PASSIVO CIRCULANTE	= 3,56	2,11	1,97
GERAL	ATIVO CIRC + REALIZ.LP/ PASSIVO CIRC + PASSIVO NÃO CIRC.	= 1,21	1,09	1,16
SECA	ATIVO CIRC(-)ESTOQUES/ PASSIVO CIRCULANTE	= 3,52	2,05	1,92
IMEDIATA	DISPONIBILIDADES/ PASSIVO CIRCULANTE	= 3,18	1,74	1,46

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A necessidade de financiamento para capital de giro e para investimentos da companhia, tem sido supridas por meio de captações de contratos financeiros, de curto e longo prazo, sendo que a última captação ocorreu em março de 2008, os quais foram alocados na constituição das empresas Quattor, a exceção, foi a geração de recursos por meio da alienação dos ativos Quattor, no ano de 2010.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional.

Assim mesmo, temos capacidade de captarmos recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais poderão ser empregados no financiamento de eventuais necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;
- iii. grau de subordinação entre dívidas;
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento consolidado da Companhia era de R\$ 274,7 milhões (R\$ 448,0 milhões em 2011 e R\$ 571,9 milhões em 2010), conforme abaixo:

Empréstimos e Financiamentos R\$ milhões	2010	2011	2012
Circulante	150,0	205,3	133,9
não Circulante	421,9	242,7	140,8
Empréstimos e Financiamentos Total	571,9	448,0	274,7

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava uma Dívida Líquida consolidada de R\$ 5,6 milhões, conforme podemos verificar no item 10.1.a, desta forma atendia a restrição de Dívida líquida/EBITDA < 3 estabelecido em seus contratos de financiamentos com saldo de R\$ 162,3 milhões em 31/12/12, sendo que os demais contratos não apresentam restrições.

Cabendo destacar os seguintes contratos de empréstimos e financiamentos relevantes:

Consolidado (em R\$ milhões)	Saldo Devedor (31/12/2012)	Encargos	Vencimento Final	Garantias	Credor	Principais Restrições	
UNIPAR	162,3	106% do CDI	dez-14	Caução ações e dividendos/CDB Banco do Brasil	Banco do Brasil	Dívida Líquida / EBITDA	(i) < 5 (2009) (ii) < 4 (2010) (iii) < 3 (a partir de 2011)
UNIPAR	56,9	106,5% do CDI	jun-14				-
Carbocloro	15,3	CDI + 1,60% a.a.	set-15	sem garantia	Banco Santander		-
Carbocloro	7,7	CDI + 1,65% a.a.	ago-15	sem garantia	Banco Itaú		-
Carbocloro	4,2	CDI + 2,4% a.a.	jul-13	sem garantia	Banco Itaú		-
Carbocloro	17,4	UR TJLP + 2,03%	out-18	Hipoteca planta	BNDES		-

Do ponto de vista contratual, não há grau de subordinação entre as dívidas.

- g) **limites de utilização dos financiamentos já contratados.**

O saldo remanescente do nosso endividamento refere-se a financiamentos contratados com o Banco do Brasil, que têm o seu término programado para 2014, os quais foram alocados na constituição societária da Quattor, cujos ativos foram alienados em 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Comparação das Informações Financeiras Consolidadas dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012.

Demonstração de Resultado do Exercício - R\$ milhões	2010	2011	2012
Receita operacional líquida	316,2	345,3	355,4
Custo dos Produtos Vendidos - CPV	(193,9)	(211,2)	(208,7)
Lucro Bruto	122,3	134,1	146,7
Margem Bruta	39%	39%	41%
Receita/(Despesas) Operacionais	(79,9)	(91,8)	(104,4)
Resultado de Equivalência Patrimonial	0,0	(25,6)	16,9
Lucro Antes do Resultado Financeiro	42,4	16,7	59,2
Resultado Financeiro Líquido	0,2	4,1	(1,8)
Lucro Antes de IR/CS e Participações	42,6	20,8	57,4
Provisão IR/CS	(12,3)	(16,4)	(18,1)
Lucro (Prejuízo) Líquido	30,3	4,4	39,3

EBITDA	62,6	38,3	84,8
Margem EBITDA	20%	11%	24%

Receita operacional líquida:

A receita líquida atingiu em 2010 o valor de R\$ 316,2 milhões, sendo que em 2011 evoluiu 9%, passando ao patamar de R\$ 345,3 milhões, já em 2012 a evolução foi de 3% fechando o exercício em R\$ 355,4 milhões.

Custo dos Produtos Vendidos - CPV:

O custo dos produtos vendidos acumulou R\$ 193,9 milhões em 2010, tendo evoluído 9% em 2011 acumulando R\$ 211,2 milhões (mesma variação da receita líquida), já em 2012 o CPV foi de R\$ 208,7 milhões, apresentando uma redução de 2,5%.

Resultado Bruto:

O lucro bruto de 2010 foi R\$ 122,3 milhões, crescendo 10% em 2011 para o valor de R\$ 134,1, no ano de 2012 a evolução foi de 9%, com um resultado bruto de R\$ 146,7 milhões. Com relação à margem bruta, os anos de 2010 e 2011, apresentaram a mesma margem de 39%, sendo que no ano de 2012 a margem bruta evoluiu para 41%.

EBITDA:

O EBITDA de 2010 atingiu R\$ 62,6 milhões, sendo que em 2011 foi de R\$ 38,3 milhões, já em 2012 o EBITDA foi de R\$ 84,8 milhões, com a margem sobre a receita líquida alcançando cerca de 20% em 2010, contra 11% auferido no exercício de 2011 e 24% em 2012.

Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro líquido em 2010 registrou uma receita R\$ 0,2 milhões, sendo que em 2011 foi uma receita de R\$ 4,1 milhões, refletindo, sobretudo, a dívida líquida negativa da controladora, gerando despesas financeiras com juros da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dívida, inferior ao rendimento gerado pelas aplicações financeiras. A despesa apurada em 2012 foi de R\$ 1,8 milhões, deu-se especialmente pela redução do caixa médio da controladora.

Resultado Líquido Consolidado:

O lucro líquido em 2010 foi de R\$ 30,3 milhões, sendo que em 2011 correspondeu a R\$ 4,4 milhões, essa redução no resultado foi reflexo, substancialmente, dos efeitos da equivalência patrimonial negativa da sua coligada Tecsis, em 2012 com a representativa evolução do desempenho operacional da Tecsis e com o bom desempenho operacional da nossa então controlada Carbocloro, a Companhia atingiu um lucro líquido de R\$ 39,3 milhões.

Balanço Patrimonial Ativo - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Ativo	VARIAÇÕES DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO						Análise Horizontal	
	Saldos (milhares de Reais)			Análise Vertical			2011 x 2010	2012 x 2011
	2010	2011	2012	2010	2011	2012		
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	24.914	8.638	7.273	2,5%	1,0%	0,9%	-65,3%	-15,8%
Aplicações Financeiras	570.870	405.089	261.848	56,6%	45,5%	34,0%	-29,0%	-35,4%
Contas a receber	38.559	34.299	46.255	3,8%	3,9%	6,0%	-11,0%	34,9%
Impostos a recuperar	21.192	30.523	35.402	2,1%	3,4%	4,6%	44,0%	16,0%
Estoques	7.825	12.884	9.208	0,8%	1,4%	1,2%	64,7%	-28,5%
Partes relacionadas	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros ativos circulantes	3.565	8.640	3.711	0,4%	1,0%	0,5%	142,4%	-57,0%
	666.925	500.073	363.697	66,1%	56,2%	47,3%	-25,0%	-27,3%
Não circulante								
Contas a receber	143	1.602	200	0,0%	0,2%	0,0%	1020,3%	-87,5%
Aplicações Financeiras	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.577	7.657	3.101	1,1%	0,9%	0,4%	-33,9%	-59,5%
Impostos a recuperar	2.159	1.482	1.431	0,2%	0,2%	0,2%	-31,4%	-3,4%
Estoques	5.370	6.704	6.272	0,5%	0,8%	0,8%	24,8%	-6,4%
Depósitos Judiciais	80.362	33.921	37.498	8,0%	3,8%	4,9%	-57,8%	10,5%
Outros ativos não circulantes	793	646	1.245	0,1%	0,1%	0,2%	-18,5%	92,7%
Investimentos em subsidiárias e controladas em conjunto e coligada	-	100.378	118.032	0,0%	11,3%	15,3%		17,6%
Ágio e intangível	1.254	1.113	1.105	0,1%	0,1%	0,1%	-11,2%	-0,7%
Imobilizado	240.862	236.246	236.992	23,9%	26,5%	30,8%	-1,9%	0,3%
	342.520	389.749	405.876	33,9%	43,8%	52,7%	13,8%	4,1%
Total do ativo	1.009.445	889.822	769.573	100%	100%	100%	-11,9%	-13,5%

A seguir, comentamos as linhas de maior representatividade do Ativo e que tenham apresentado relevantes variações na comparação entre os exercícios:

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras incluem Certificados de Depósitos Bancários, Debêntures de empresas privadas, Cotas de Fundos de Investimentos, Operações Compromissadas, as quais são registradas pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia mantinha R\$ 261,8 milhões (R\$ 405,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 570,9 milhões em 31 de dezembro de 2010) no ativo circulante.

A redução nas Aplicações Financeiras ocorreu especialmente, em função do pagamento do investimento na coligada Tecsis em 2011 e da amortização normal do fluxo da dívida.

Depósitos Judiciais

Em 2010, o saldo de depósitos judiciais era de R\$ 80,4 milhões, o exercício de 2011 encerrou com um saldo de R\$ 33,9 milhões, a redução ocorreu especialmente pela liberação de R\$ 51 milhões, de parte do depósito feito em 2010, referente ao processo de execução fiscal de ex-controlada. No ano de 2012 o saldo evolui para R\$ 37,5 milhões, essa evolução representa especialmente a atualização monetária do saldo de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Investimentos em Subsidiárias, Controlada em Conjunto e Coligada**

Em 31 de dezembro de 2010, esta rubrica não apresentava saldo, e em 31 de dezembro de 2011 encerrou com um saldo de R\$100,3 milhões, já em 31 de dezembro de 2012 o saldo era de R\$ 118,0 milhões, representado pelo investimento na coligada Tecsís, conforme composição abaixo:

Investimentos em subsidiárias, controlada em conjunto e coligada R\$ mil	2011	2012
Saldo Inicial	0	100.378
Aquisição de Investimento - proporcional ao valor do patrimônio líquido da coligada	24.790	
Ágio sobre aquisição Tecsís	42.550	
Aquisição de Investimento - proporcional ao valor da mais valia de ativos e passivos da coligada	58.612	
Participação nos lucros (prejuízos) de investida	(25.574)	16.878
Amortização de Valor Justo		(4.060)
IRPJ/CSLL s/ Valor Justo		1.380
Ajuste de Avaliação Patrimonial		110
Ajuste de Investimento Tecsís		3.346
Saldo Final	100.378	118.032

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanço Patrimonial Passivo e patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

VARIAÇÕES DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO								
Passivo e patrimônio líquido	Saldos (milhares de Reais)			Análise Vertical			Análise Horizontal	
	2010	2011	2012	2010	2011	2011	2011 x 2010	2012 x 2011
Circulante								
Fornecedores	6.495	8.446	10.718	0,6%	0,9%	1,4%	30,0%	26,9%
Partes relacionadas	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Empréstimos	149.993	205.307	133.906	14,9%	23,1%	17,4%	36,9%	-34,8%
Imposto de renda e contribuição social	136	697	1.875	0,0%	0,1%	0,2%	412,5%	169,0%
Outros impostos e contribuições a pagar	11.015	4.826	7.284	1,1%	0,5%	0,9%	-56,2%	50,9%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.993	965	7.357	0,2%	0,1%	1,0%	-51,6%	662,4%
Provisões	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros Passivos	17.776	16.956	23.085	1,8%	1,9%	3,0%	-4,6%	36,1%
	187.408	237.197	184.225	18,6%	26,7%	23,9%	26,6%	-22,3%
Não circulante								
Empréstimos	421.936	242.666	140.789	41,8%	27,3%	18,3%	-42,5%	-42,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.512	1.357	844	0,1%	0,2%	0,1%	-10,3%	-37,8%
Obrigações com benefícios de aposentadoria	14.502	16.073	18.262	1,4%	1,8%	2,4%	10,8%	13,6%
Contingências	10.000	11.236	3.731	1,0%	1,3%	0,5%	12,4%	-66,8%
Outros Passivos	-	-	9.816	0,0%	0,0%	1,3%	0,0%	0,0%
	447.950	271.332	173.442	44,4%	30,5%	22,5%	-39,4%	-36,1%
Total do passivo	635.358	508.529	357.667	62,9%	57,1%	46,5%	-20,0%	-29,7%
Patrimônio líquido								
Capital	835.498	835.498	384.329	82,8%	93,9%	49,9%	0,0%	-54,0%
Ações em tesouraria	(715)	(715)	(715)	-0,1%	-0,1%	-0,1%	0,0%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	(34)	-	110	0,0%	0,0%	0,0%	-100,0%	
Reservas de lucros	-	-	28.182	0,0%	0,0%	3,7%	0,0%	0,0%
Prejuízos acumulados	(460.662)	(453.490)		-45,6%	-51,0%	0,0%	-1,6%	100,0%
Total do patrimônio líquido	374.087	381.293	411.906	37,1%	42,9%	53,5%	1,9%	8,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.009.445	889.822	769.573	100,0%	100,0%	100,0%	-11,9%	-13,5%

A seguir, comentamos as linhas de maior representatividade do Passivo e do Patrimônio Líquido, e que tenham apresentado relevantes variações na comparação entre os exercícios:

Empréstimos de Curto e Longo Prazo

Os Empréstimos de Curto e Longo Prazo da Companhia ao final de 2012 totalizavam R\$ 274,7 milhões (R\$ 448,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$ 571,9 milhões em 31 de dezembro de 2010), dos quais 49% eram de curto prazo e 51% de longo prazo. A redução do saldo dos empréstimos reflete o fluxo normal de amortização.

Capital

A Companhia encerrou 2012 com um Capital Social de R\$ 384,3 milhões (R\$ 835,4 milhões em 2011 e 2010). Houve redução do Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 451,1 milhões, o qual foi compensado com parte do prejuízo acumulado, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada na data de 30 de abril de 2012.

Prejuízos Acumulados

Além da redução do capital, a Companhia apresentou uma evolução substancial no resultado operacional, possibilitando zerar o saldo de prejuízos acumulados que era de R\$ 2,3 milhões, e gerando uma reserva de lucros de R\$ 28,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio Líquido Total**

A melhora no resultado operacional refletiu na evolução em 8% no saldo do Patrimônio Líquido Total de 2012, que foi para R\$ 411,9 milhões, quando comparado ao exercício de 2011 que era de R\$ 381,3 (em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 374,1 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial.

i. *descrição de quaisquer componentes importantes da receita;*

Ao longo dos exercícios de 2012, 2011 e 2010, nossa receita consolidada decorreu principalmente da venda e comercialização de produtos químicos através de nossa, então controlada Carbocloro, incorporada à Companhia em 30 de setembro de 2013.

ii. *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.*

No ano de 2009 o preço da soda (principal produto da Carbocloro) no mercado internacional atingiu patamares historicamente muito baixos, iniciando sua recuperação a partir do 3T10, e capturado no resultado da Companhia a partir do 4T10, no ano de 2011, os preços no mercado internacional, continuaram em evolução.

Embora tenha ocorrido uma melhora nas cotações de soda no mercado internacional, o excesso de produto importado no 2º semestre de 2011, obrigou a Carbocloro a reduzir suas margens no mercado interno, o qual é gerador de 94% da receita líquida.

Em 2011, o principal impacto para a retração no resultado da Companhia foi a equivalência patrimonial negativa de sua coligada Tecsis.

A receita líquida acumulada da Tecsis em 2011 foi de R\$ 587,6 milhões, 40% acima do valor auferido em 2010, de R\$ 420,5 milhões, refletindo a melhora no mercado mundial de energia eólica e o plano da retomada das operações pós-capitalização, ocorrida no mês de junho de 2011. No segundo semestre do ano, a receita líquida totalizou R\$ 364,6 milhões vs R\$ 223,0 milhões no primeiro semestre do ano.

No ano de 2012, a evolução do resultado operacional da Companhia, reflete especialmente a evolução substancial do resultado da coligada Tecsis, que em 2011 foi reconhecida uma equivalência patrimonial negativa de 25,6 milhões (julho a dez/11), sendo que, em 2012 o resultado de equivalência da coligada, foi de 16,9 milhões, além da evolução do resultado da Carbocloro, que apresentou uma elevação no Lucro Líquido de 15% de 2011 para 2012.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Controlada Carbocloro

Considerando que os preços/ margens dos produtos químicos negociados por nossa controlada seguem referências internacionais, grande parte de nossa receita consolidada está, de alguma forma, indexada à variação da moeda norte-americana, movimentos no mercado americano podem influenciar fortemente a receita da Companhia.

Em 2010 a Carbocloro teve um aumento no volume dos produtos vendidos em relação a 2009, porém, a queda nos preços da soda cáustica representou a maior contribuição para a redução na receita líquida consolidada da Companhia em 2010 de R\$ 47 milhões comparando a 2009.

Em 2011, com a recuperação nos preços da soda cáustica no mercado internacional, foi agregado a um maior volume de vendas, refletindo num aumento da receita líquida consolidada em 2011 de R\$ 29 milhões em comparação a 2010.

No ano de 2012, com a melhora nos preços de soda/cloro e derivados, beneficiada pela desvalorização do dólar norte-americano frente ao real, a receita líquida consolidada foi R\$ 10,1 milhões maior que 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Coligada Tecsis

Embora com diversas ações em curso, iniciadas no segundo semestre do ano, a Tecsis apresentou um prejuízo líquido de R\$ 230,2 milhões em 2011, que foi fortemente impactado pela variação cambial sobre empréstimos em moeda estrangeira. Como parte da política de proteção à exposição à moeda estrangeira, a Tecsis busca casar o indexador e moeda da dívida financeira aos recebíveis, criando assim um hedge natural. A despesa financeira do período refletiu forte oscilação cambial de mais 13%. Apesar disso, é importante mencionar que, na data da capitalização, a dívida remanescente da Tecsis foi renegociada em sua totalidade, com perfil de longo prazo, 1 ano de carência para amortização de juros e 2 anos de carência para amortização de principal. Portanto, a referida despesa financeira não representou impacto no caixa.

A receita líquida acumulada da Tecsis em 2012 foi de R\$ 1.319,0 milhões, 124% acima do valor auferido em 2011, de R\$ 587,6 milhões. Essa elevação é consequência dos seguintes fatores:

- Aumento de 67% no volume de pás faturadas, com aumento no número de moldes em operação, superação dos períodos de “ramp-up” e ganhos substanciais de produtividade, com os moldes atingindo o estágio de produção seriada ao longo do segundo trimestre do ano;
- Alteração no mix de produtos, privilegiando aqueles de maior valor agregado e consequentemente, preços mais altos;
- Desvalorização de 17% no câmbio médio (real em relação ao dólar americano), beneficiando a receita em moeda local. As exportações participaram com aproximadamente 71% da receita bruta total, tendo como principais destinos Estados Unidos e Europa.

A seguir detalhe da receita líquida consolidada do exercício de 2012 comparada a 2011, e 2011 comparada a 2010, refletindo a nossa participação de 50% na controlada Carbocloro:

Receita Líquida Consolidada (R\$ milhões)	2012	Variação 2012/2011	2011	Variação 2011/2010	2010
Receita de Clientes - Mercado Interno - Cloro e Soda	350,7	7,6%	326,0	14,0%	286,0
Receita de Clientes - Mercado Interno - Total	350,7	7,6%	326,0	14,0%	286,0
Receita de Clientes - Mercado externo - Cloro e Soda	4,7	-75,3%	19,0	26,7%	15,0
Receita de Clientes - Mercado externo - Outros	0,0	0,0%	0,0	-100,0%	15,0
Receita de Clientes - Mercado externo - Total	4,7	-75,3%	19,0	-36,7%	30,0
Receita de Clientes - Total	355,4	3,0%	345,0	9,2%	316,0

c) **impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Não ocorreram flutuações relevantes em nossos custos, influenciados por alterações nos indicadores econômicos indicados neste item. O resultado das nossas operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo que nossas receitas não estejam indexadas diretamente aos índices de inflação (IGPM, INPC e IPCA), nossos custos fixos operacionais tendem a seguir tais índices. Aumentos nas taxas de inflação, também afetam o mercado de soda e cloro, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultado Operacional**

A variação negativa no lucro operacional consolidado em 2011 foi de R\$ 25 milhões (2011 R\$ 17 milhões e 2010 R\$ 42 milhões) refere-se substancialmente, ao reconhecimento da participação da Companhia no prejuízo da coligada Tecsis.

Em 2012, a variação do lucro operacional consolidado foi positiva em R\$ 42 milhões (2012 R\$ 59 milhões, contra R\$ 17 milhões em 2011), refletindo a substancial evolução do resultado da coligada Tecsis e o bom desempenho da Controlada Carbocloro, a contribuição do câmbio para estes resultados, é descrito no Item 10.2.b acima.

Resultado Financeiro do Emissor

Não há reflexo substancial de alterações na taxa de juros nos últimos três exercícios, pois há um equacionamento entre a taxa de juros das aplicações financeiras e dos financiamentos.

Quanto ao câmbio não há efeito no resultado financeiro do emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) introdução ou alienação de segmento operacional;**
- b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

O ano de 2009 foi marcado pelos entendimentos com os acionistas da Braskem e Petrobrás para estudo de eventual negociação da participação societária da Companhia na Quattor Participações S.A., que culminaram com a celebração do Acordo de Investimento, em 22 de janeiro de 2010.

Segundo o Acordo de Investimento, a Companhia se comprometeu a vender à Braskem a totalidade de suas participações societárias na Quattor (correspondente a 60% do capital total e votante), na Unipar Comercial (correspondente a 100% do capital total e votante) e na Polibutenos (correspondente a 33,33% do capital total e votante).

O valor total da transação refletida no Acordo de Investimento atingiu R\$ 870 milhões, sendo R\$ 647,3 milhões pela Quattor, R\$ 27,7 milhões pela Unipar Comercial, R\$ 25 milhões pela Polibutenos e R\$ 170 milhões que correspondem ao valor líquido atribuído pela Companhia por suas obrigações assumidas, pela Braskem, no âmbito da opção de venda de ações da Quattor (resultantes do compromisso de migração da Rio Polímeros) outorgada ao BNDES Participações S.A.

Para a Companhia, a alienação da participação na Quattor representou uma alternativa atrativa vis-à-vis a situação do referido ativo, inserido em um setor com perspectivas futuras desafiadoras e com riscos crescentes de refinanciamento a partir de 2011, que penalizavam muito o perfil de crédito e liquidez do grupo. A oportunidade de negócio também foi evidenciada pelo múltiplo de venda implícito na transação, que alcançou 15,0 x EBITDA do período, bastante superior ao observado em transações similares no setor.

A Quattor Participações S.A. representava o canal de atuação da Companhia no setor petroquímico nacional. Criada através da fusão dos principais ativos petroquímicos da Companhia e da Petrobrás, a Quattor nasceu em um momento delicado e desafiador para o setor petroquímico mundial. O ciclo de baixa do setor e a alta volatilidade dos preços do petróleo/nafta, aliados a forte crise financeira global desencadeada no final de 2008, prejudicaram a performance e rentabilidade da Quattor e pressionaram sua estrutura de capital. A Quattor foi criada com um perfil de dívida de médio/longo prazo, mas com uma estrutura de capital fortemente alavancada e com um ambicioso programa de investimentos em andamento. Em 31 de dezembro de 2009, a dívida total da Quattor era de R\$ 7,4 bilhões e a posição de caixa de R\$ 672,7 milhões. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, acumulou R\$ 534,6 milhões no decorrer de 2009.

A tendência internacional de atuação do setor petroquímico de forma mais integrada e com economia de escala, combinado com a necessidade de fortalecimento da estrutura de capital da Quattor, motivaram a negociação de nossa participação e a criação de uma única empresa petroquímica brasileira, com porte internacional de produção e plena integração produtiva entre 1ª e 2ª gerações, em parceria da Petrobrás e Odebrecht S.A., principais acionistas da Braskem.

Cabe destacar que, após a conclusão da operação, a Companhia voltou a apresentar perfil confortável e conservador de crédito e liquidez, com baixa alavancagem consolidada e forte índice de cobertura da dívida, baseado na posição de caixa e expectativa de dividendos a receber da Carbocloro.

Após a liquidação financeira da operação, agência de classificação de risco Fitch elevou o Rating Nacional de Longo Prazo da Companhia para 'A+(bra)', com Perspectiva Estável, de 'A-(bra)'. Segundo a Fitch, a medida reflete o efeito positivo no perfil de crédito da companhia decorrente da alienação das participações prevista no Acordo de Investimento.

No ano de 2011, as atenções da Companhia se concentraram na prospecção e avaliação de alternativas para aplicação e investimento do seu caixa, bem como na busca de uma estrutura de capital e negócio que maximizasse o valor da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Visando a diversificação de seu portfólio de investimentos, a Companhia concretizou em 30 de maio de 2011, Acordo de Investimento com a BNDES Participações S.A., a Estater Gestão de Investimentos Ltda., e com certos credores da empresa Tectis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A., a aquisição de participação acionária na Tectis.

Nos termos desse Acordo, a Companhia subscreveu ações ordinárias da Tectis correspondentes a 31,05% do capital votante e 25,25% do seu capital total, no montante total de R\$ 126 milhões equivalente a US\$ 80 milhões, aportados em 06 de junho de 2011, a BNDESPar subscreveu ações ordinárias da Tectis correspondentes a 31,05% do capital votante e 25,25% do seu capital total, enquanto a Estater subscreveu ações ordinárias da Tectis correspondentes a 14,75% do capital votante e a 12% do seu capital total e os credores da Tectis, por meio de um fundo de investimento em participações ("FIP"), subscreveram ações preferenciais correspondentes a 15,62% do capital total da Tectis, permanecendo os antigos controladores da Tectis com uma participação em ações ordinárias de 23,15% e em ações preferenciais de 16,34%, correspondentes a 21,88% do capital total da Tectis.

Em março de 2013, a Companhia celebrou, por meio de sua subsidiária Carbocloro Participações Ltda., Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças com subsidiárias da Occidental Petroleum Corporation ("Grupo Occidental"), tendo por objeto a aquisição indireta da totalidade da participação detida pelo Grupo Occidental na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Carbocloro ("Aquisição"). A Aquisição se efetivou em maio de 2013, quando a Companhia se tornou titular da totalidade do capital social da Carbocloro.

O preço final da Aquisição, corrigido e calculado nos termos do Contrato de Compra e Venda, foi de R\$ 554.047.274,00 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, quarenta e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais) ("Preço de Aquisição"), o que atribui à Carbocloro um valor de empresa ("*Enterprise Value*") de aproximadamente R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais). Considerando-se o EBITDA esperado pela administração para o ano de 2013, bem como estimativas e projeções preliminares do valor presente dos benefícios esperados da Aquisição, o *Enterprise Value* implícito no preço de Aquisição representa 4,5 vezes o EBITDA de Carbocloro.

No dia 30 de setembro de 2013, os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a Incorporação da Carbocloro pela Companhia. Dessa forma, a Companhia passou a desenvolver diretamente as atividades operacionais até então conduzidas pela Carbocloro.

c) eventos ou operações não usuais.

Além da efetivação das operações descritas acima, não ocorreram eventos ou operações não usuais à Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Os diretores devem comentar:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis.****Adoção de CPC e/ou IFRS pela primeira vez**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas.

A data de transição da Companhia é 1º de janeiro de 2009. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2012, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Os efeitos significativos da adoção dos CPC's e IFRS foram registrados no ano de 2009. Sendo assim, nos anos de 2010, 2011 e 2012 não ocorreram alterações nas práticas contábeis que gerassem efeitos significativos.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nos anos de 2010, 2011 e 2012, não houve ressalva, houve um parágrafo de ênfase, a saber:

Ênfase:

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

No Brasil, todas as empresas que apresentam Demonstrações Financeiras em IFRS, e que têm participação em investimentos em controladas e coligadas, apresentam esta “ênfase” no relatório da auditoria independente, pois, de acordo com a legislação Brasileira, a prática de reconhecer tal investimento deve ser pelo ‘Método da Equivalência Patrimonial’ enquanto que para a prática do IFRS, deve ser pelo “custo” ou “valor justo”.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de certos ativos financeiros e de instrumentos derivativos mensurados aos seus respectivos valores justos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas no item 2.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia também estão de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPCs e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria adotado o valor de custo ou valor justo.

1.1 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes políticas contábeis são aplicadas às controladas, controladas em conjunto e coligadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais da metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada são os valores justos dos ativos transferidos, os passivos incorridos e as participações no capital emitidas pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensuradas inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Numa base aquisição por aquisição, a Companhia reconhece a participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

O excesso da contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na adquirida e o valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da parte da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas e a Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a perda for um indicador de *impairment*. As políticas contábeis das controladas foram alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

(ii) Controladas em conjunto "*joint ventures*"

Joint ventures são aqueles investimentos nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são consolidados proporcionalmente. A Companhia consolida linha por linha a sua participação nos ativos, passivos, ingressos, despesas e fluxos de caixa com as correspondentes linhas das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia reconhece a proporção dos ganhos e perdas nas vendas de ativos pelo grupo para a joint venture que é atribuível para os outros sócios. A Companhia não reconhece sua participação de ganhos da joint venture correspondente as compras pela Companhia e suas subsidiárias de ativos da joint venture até sua venda para um terceiro. As perdas são reconhecidas de forma imediata se representam evidência de uma redução no valor de realização dos ativos circulantes ou uma perda por *impairment*.

(iii) Coligadas

Coligadas são entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa e que não se configura como controlada ou participação em controlada em conjunto (joint ventures). Influência significativa é o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é geralmente evidenciada por uma participação no poder de voto de 20% ou mais, representação no conselho de administração ou na diretoria da investida, participação nos processos de elaboração de políticas, operações materiais entre o investidor e investida, intercâmbio de diretores ou gerentes ou fornecimento de informação técnica essencial. A Companhia reconhece sua participação em coligada pelo método da equivalência patrimonial. No momento da aquisição o custo do investimento é representado pelo valor justo dos ativos e passivos da coligada adquiridas, sendo a diferença apurada entre o valor pago e o valor de mercado desses ativos e passivos classificado como ágio ("goodwill").

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controlada em conjunto e em coligada pelo método de equivalência patrimonial,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

enquanto conforme IFRS seria a custo ou valor justo.

Pelo método de equivalência patrimonial, o investimento na controlada em conjunto e coligada foi inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do período, gerados pelas investidas. A parte da Companhia no lucro ou prejuízo do período das investidas é reconhecida no lucro ou prejuízo do período. As distribuições recebidas das investidas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil dos investimentos também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes das investidas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido.

1.2 Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva sob a orientação do Conselho de Administração a quem cabe as decisões estratégicas da Companhia.

1.3 Conversão em moeda estrangeira

(a) *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) *Transações e saldos*

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em forma separada junto com a receita ou despesa financeira.

1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

1.5 Ativos financeiros

1.5.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado ("mantido para negociação") e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) *Mantidos para negociação*

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos, quando existentes, também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

valor justo dos instrumentos classificados nesta categoria são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria, os empréstimos concedidos e os recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (os quais são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, duplicatas a receber de clientes, demais contas a receber e empréstimos concedidos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

1.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras ou Despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mantidos para negociação é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

1.5.3 Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

1.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável..

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

1.6 Contas a receber de clientes

As duplicatas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As duplicatas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa “PCLD” (*impairment*). Na prática são reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

1.7 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em trânsito são demonstradas pelos custos específicos incorridos.

O estoque de materiais de manutenção, composto substancialmente por peças sobressalentes, é registrado ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para giro lento de estoques, considerado o montante que a Companhia espera recuperar pelo uso futuro do ativo em suas operações.

1.8 Depósitos judiciais

Os depósitos são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para demandas judiciais ou obrigações legais, a menos que tais depósitos sejam legalmente compensáveis contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

1.9 Ativos intangíveis

a) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

b) Programas de computador (softwares)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. A vida útil estimada é de cinco anos.

1.10 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e benfeitorias	25 a 31
Equipamentos e instalações	10 a 14
Veículos	5 a 6
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado em "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas".

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

1.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

1.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

1.13 Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), considerando a taxa efetiva das captações dos referidos empréstimos e financiamentos e variação cambial.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

1.14 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos, quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

1.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

1.16 Benefícios aos empregados

(a) *Obrigações de aposentadoria*

A controlada em conjunto opera planos de pensão de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando como referencia taxas de juros de títulos de longo prazo de alta qualidade.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, o que for maior, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

(b) *Assistência médica pós-aposentadoria*

A controlada em conjunto Carbocloro oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionários tenha seu contrato de trabalho rescindido, (ii) tenha mais de 55 anos de idade e (iii) tenha cumprido com um período de, no mínimo, dez anos de trabalho nessa controlada em conjunto. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, o que for maior, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) *Aposentadoria compulsória*

A controlada em conjunto Carbocloro possui um programa de aposentadoria compulsória mediante o qual se encerra o vínculo empregatício quando o funcionário atinge uma determinada idade. Os custos esperados com esse programa são calculados anualmente por atuários independentes utilizando-se o método de crédito unitário projetado.

(d) *Benefícios de longo prazo - gratificação por tempo de serviço*

Os benefícios de longo prazo da controlada em conjunto Carbocloro são exigíveis quando o empregado permanece por um determinado tempo de serviço na empresa, neste caso, dez anos, e a partir deste tempo a cada cinco anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são debitados ou creditados ao resultado em forma imediata. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

(e) *Participação nos lucros*

O reconhecimento dessa participação é usualmente apropriado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

1.17 Reconhecimento da receita

a) **Receita de vendas**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança, (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador. Na prática, a Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

b) **Receita financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

1.18 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando a Companhia compra ações do próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

1.19 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre o capital próprio, para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou na data de pagamento, se for anterior.

2 Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificados de depósito bancários ou operações compromissadas da compra e revenda ou ainda derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros não negociados em mercados ativos.

(c) Benefícios de empregados

O valor atual de obrigações de planos de pensão, assistência médica, aposentadoria compulsória e gratificação por tempo de serviço depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações de benefícios de empregados.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de benefícios de empregados. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera como referência as taxas de juros de títulos públicos denominados em reais e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de benefícios de empregados.

(d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia na medida em que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**(e) Provisões**

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A Administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de risco.

Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Os relatórios sobre controles internos emitidos pelo auditor independente são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e aos integrantes do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia. Não temos conhecimento de relatos ou citações que possam ou pudessem ter afetado de forma significativa os resultados da Companhia publicados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta publica de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**
- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.**
- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

O item 10.7 em sua totalidade não é aplicável a Companhia, pois nos três últimos exercícios sociais e no exercício corrente, a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv) contratos de construção não terminada.

v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

O Item 10.8 em sua totalidade não é aplicável a Companhia, pois nos três últimos exercícios sociais, nenhum item relevante deixou de ser evidenciado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

b) natureza e o propósito da operação.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não é aplicável, vide item 10.8